



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Tecnologia da Informação Segurança da Informação

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '24', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: pib.socioambiental.org. Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
 - (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
 - (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
 - (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
 - (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em

- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:

- I. O pronome destacado em ...e **que** também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes *aquela* e *ela* (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...**como eles**, têm aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será

- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente

- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão “política indigenista” foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.

A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.

A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.

A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.

A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.

Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.

Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.

Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. “Justiça e direitos: a construção da igualdade”. In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos <u>deixariam</u> de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega <u>sobreviveram</u> tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e <u>converte-se</u> em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se <u>materializarem</u>...</i></p> <p>(E) <i>...que <u>enfrentava</u> no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) <u>dependem</u>, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à <u>função designada</u> no corpo social... (atividades exercidas)</i></p> <p>(B) <i>À lei igual para todos <u>incorpora-se</u> o princípio de que... (integra-se)</i></p> <p>(C) <i>...e o direito à <u>resistência</u>. (resistir)</i></p> <p>(D) <i>...e do acesso à <u>justiça</u>... (tribunais)</i></p> <p>(E) <i>Para terminar, <u>volta</u> à deusa Têmis... (evoco)</i></p>	<p>16. Identifica-se ideia de comparação no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... ...questionar a <u>desigualdade</u> entre os indivíduos... ...um símbolo atravessou <u>os séculos</u>...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina... (1º parágrafo)</i></p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade... (7º parágrafo)</i></p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... (8º parágrafo)</i></p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade. (8º parágrafo)</i></p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo... (3º parágrafo)</i></p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, <u>pois</u>, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que

- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;">Resolução nº 006/2003 – TJAP</p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Considere o texto a seguir.

Há uma categoria de dispositivos, que são versões simplificadas dos pontos de acesso, que permitem conectar uma rede cabeada com vários computadores à uma rede wireless já existente. A diferença básica entre este dispositivo e um ponto de acesso é que o ponto de acesso permite que clientes wireless se conectem e ganhem acesso à rede cabeada ligada a ele, enquanto o dispositivo faz o oposto, se conectando a um ponto de acesso já existente, como cliente.

Este dispositivo é ligado ao switch da rede cabeada e é, em seguida, configurado como cliente do ponto de acesso. Uma vez conectado às duas redes, o dispositivo se encarrega de transmitir o tráfego de uma rede à outra, permitindo que os computadores conectados às duas redes se comuniquem.

(<http://www.hardware.com.br/livros/redes/redes-wireless.html>)

O texto se refere ao dispositivo

- (A) wireless router 3G.
- (B) hub.
- (C) gateway.
- (D) wireless bridge.
- (E) modem ADSL.

32. Em relação ao endereçamento IP no modelo TCP/IP é correto afirmar:

- (A) Os endereços IP incluem duas informações: o endereço da rede e o endereço do *host* dentro dela. Em uma rede doméstica, por exemplo, seria possível utilizar os endereços "192.168.1.1", "192.168.1.2" e "192.168.1.3", em que o "192.168.1." é o endereço da rede e o último número (1, 2 e 3) identifica os 3 computadores que fazem parte dela.
- (B) No IPV4, os endereços IP são compostos por 5 blocos de 8 bits (40 bits no total), que são representados através de números de 0 a 255 (cobrindo as 256 possibilidades permitidas por 8 bits).
- (C) As faixas de endereços começadas com "10", "192.168" ou de "172.16" até "172.31" são reservadas para uso na internet e por isso não são usadas em redes locais. Os roteadores que compõem a internet são configurados para aceitar somente pacotes provenientes destas faixas de endereços.
- (D) Em uma empresa, é possível ter apenas 3 segmentos diferentes: um para a rede cabeada, outro para a rede *wireless* e outro para a internet. O roteador, nesse caso, teria 2 interfaces de rede (uma para cada um dos 2 segmentos), já que para a internet não é necessário.
- (E) Dentro de redes locais não é possível usar máscaras iguais para utilizar os endereços IP disponíveis, então é importante que todos os computadores da rede sejam configurados com máscaras diferentes, pois, caso contrário, haverá problemas de conectividade.

33. Considere as características das redes Ethernet.

- I. 100BASE-TX: padrão para cabos de par trançado categoria 5. A distância máxima é de 100 metros, há suporte ao modo *full-duplex*, que permite que as estações possam enviar e receber dados simultaneamente (100 megabits em cada direção), desde que seja usado um *switch*.
- II. 1000BASE-LX: suporta apenas cabos de fibra óptica. Utiliza a tecnologia *long-wave laser*, oferecendo um alcance da ordem de Km, o que tornou o padrão atrativo para uso em *backbones*, interligando diferentes segmentos de rede no *campus* de uma universidade ou em prédios próximos, por exemplo.
- III. 100BASE-T4: padrão para cabos de par trançado categoria 3. Não possui o modo *full-duplex* e utiliza todos os 4 pares do cabo, reduzindo a taxa de sinalização. A sinalização é mais complexa, um dos pares envia dados da estação para o *hub*, outro envia do *hub* para a estação e os outros 2 são alocados para uma direção ou outra, de acordo com quem está transmitindo, de forma que apenas 3 dos pares são usados para transmitir dados simultaneamente.

As redes I, II e III referem-se, respectivamente, às tecnologias

- (A) Ethernet - Gigabit Ethernet - Fast Ethernet.
- (B) Fast Ethernet - Gigabit Ethernet - Fast Ethernet.
- (C) Gigabit Ethernet - 10 Gigabit Ethernet - Gigabit Ethernet.
- (D) Ethernet - Fast Ethernet - Ethernet.
- (E) Gigabit Ethernet - 10 Gigabit Ethernet - Fast Ethernet.



34. A tabela abaixo mostra as diferenças entre a comutação de circuitos e a comutação de pacotes:

ITEM	COMUTAÇÃO DE CIRCUITOS	COMUTAÇÃO DE PACOTES
Configuração de chamadas	Obrigatória	Não necessária
Caminho físico dedicado	Sim	Não
Pacotes seguem o mesmo caminho	Sim	Não
Pacotes chegam na mesma ordem	Sim	Não
Reserva da largura de banda	I	II
Largura de banda desperdiçada	Sim	Não
A falha de um equipamento é fatal	Sim	Não

A reserva da largura de banda para comutação de circuitos (I) e comutação de pacotes (II) são, respectivamente,

- (A) Obrigatória - Não necessária.
- (B) Dinâmica - Fixa.
- (C) Não necessária - Obrigatória.
- (D) Fixa - Fixa.
- (E) Fixa - Dinâmica.

35. O Windows Server 2008 fornece serviços de segurança e proteção para a rede e os dados de uma organização, dentre os quais estão:

- I. permitir que um administrador de TI defina os requisitos da rede e evitar que os computadores que não estejam de acordo com esses requisitos possam se comunicar com a rede. Por exemplo, requisitos podem ser definidos para incluir todas as atualizações ao sistema operacional instalado.
- II. fornecer segurança adicional aos dados através de encriptação de volume em múltiplos *drivers*, mesmo quando o sistema está sendo usado por pessoas não autorizadas.

Os serviços definidos em I e II são, correta e respectivamente,

- (A) Network Access Protection (NAP) - Windows Deployment Services (WDS).
- (B) Network Access Protection (NAP) - Microsoft BitLocker.
- (C) Read-Only Domain Controller (RODC) - Remote Installation Services (RIS).
- (D) Windows Deployment Services (WDS) - Remote Installation Services (RIS).
- (E) Windows Deployment Services (WDS) - Microsoft BitLocker.

36. O Monitor de Confiança e Desempenho do Windows Server 2008 permite rastrear o impacto de aplicativos e serviços sobre o desempenho, além de gerar alertas ou adotar ações quando são excedidos limites definidos pelo usuário para o melhor desempenho possível. Os recursos-chave para o monitoramento de desempenho e confiabilidade no Windows Server 2008 incluem diversos itens, dentre os quais NÃO se encontra:

- (A) Conjunto de Coletores de Dados, que agrupa coletores de dados em elementos que podem ser reutilizados em diferentes cenários de monitoramento do desempenho.
- (B) Assistentes e modelos para criar *logs*, que permitem adicionar contadores a arquivos de *log* e agendar seu início, término e duração por meio de uma interface assistente.
- (C) Monitor de Confiabilidade, que calcula um Índice de Estabilidade do Sistema que reflete se problemas inesperados diminuíram a confiabilidade do sistema. Um gráfico do Índice de Estabilidade ao longo do tempo identifica as datas em que os problemas começaram a surgir.
- (D) Tela Modo de Exibição de Recurso, que fornece uma visão geral gráfica em tempo real do uso de CPU, disco, rede e memória. Expandido cada um dos elementos monitorados, pode-se identificar que recursos estão sendo usados por cada processo.
- (E) OProfile, que funciona assistindo grupos de contadores de *hardware* de desempenho e contadores de desempenho. A obtenção de diferentes contadores de desempenho a partir da mesma carga de trabalho requer sua execução diversas vezes com diferentes configurações de evento OProfile.



37. Considere o seguinte comando do sistema operacional Linux:

```
# useradd -g admin -s /bin/bash -d /home/sup1 -c "Usuário Administrativo de Suporte 1" -m sup1
```

Este comando

- (A) cria o usuário sup1, que tem como grupo admin, usando o shell /bin/bash, o home criado foi o /home/sup1 e tem o comentário "Usuário Administrativo de Suporte 1".
- (B) cria o usuário sup1, como um "Usuário Administrativo de Suporte 1" e permite ao usuário acessar o sistema sem senha.
- (C) adiciona o usuário sup1 ao grupo admin, modificando o grupo e o comentário do usuário sup1 ao mesmo tempo.
- (D) adiciona o usuário sup1 ao grupo admin, especificando o GID do grupo para "Usuário Administrativo de Suporte 1".
- (E) modifica o usuário sup1, que tem como grupo admin, usando o shell /bin/bash e, com a opção -m, o diretório home e o mailbox do usuário serão removidos.

38. Para configurar e administrar o sistema operacional GNU/Linux é necessário utilizar comandos que fornecem informações do sistema, como:

- I. df – mostra o espaço em disco do sistema de arquivos usado por todas as partições. "df -h" usa *Megabytes* (M) e *Gigabytes* (G) em vez de blocos para relatar o tamanhos. (-h significa "human-readable").
- II. free – exibe a quantidade de memória livre e usada no sistema e "free -m" fornece a informação usando *Megabytes*.
- III. arqsys – exibe a arquitetura do computador. Equivale ao comando "sysname -m".
- IV. lsbar – exibe informações sobre os barramentos PCI, os barramentos USB do computador e sobre os dispositivos a eles conectados.

Estão corretos APENAS os comandos

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

39. Para fornecer confidencialidade com criptografia de chave simétrica, uma solução é usar a criptografia de chaves simétricas para a codificação da informação a ser transmitida e a criptografia de chaves assimétricas para o compartilhamento da chave secreta, neste caso, também chamada de chave de

- (A) *hash*.
- (B) autenticação.
- (C) Diffie-Hellman.
- (D) enlace.
- (E) sessão.

40. A assinatura digital é uma modalidade de assinatura eletrônica que utiliza algoritmos de criptografia assimétrica e permite aferir com segurança a

- (A) acessibilidade, a usabilidade e a confidencialidade do documento assinado.
- (B) confidencialidade, a autenticação e o não-repúdio do documento assinado.
- (C) autenticação, o não-repúdio e a integridade do documento assinado.
- (D) autenticação, a acessibilidade e a confidencialidade do documento assinado.
- (E) confidencialidade, a usabilidade e a irretratabilidade do documento assinado.

41. Uma empresa de tecnologia quer permitir que seus funcionários trabalhem em casa, usando seus computadores pessoais para acessar a rede corporativa, enviar/acessar mensagens e acessar o banco de dados da empresa. Para isso, criou uma VPN utilizando um protocolo de tunelamento proprietário desenvolvido por um grupo liderado pela Microsoft, que permitiu à empresa criar conexões seguras usando os recursos públicos da internet. Nesta VPN o *Microsoft's Point-to-Point Encryption Protocol* (MPPE) provê encriptação de dados.

O protocolo de tunelamento utilizado foi o

- (A) PPTP.
- (B) L2TP.
- (C) ICMP.
- (D) TLS.
- (E) IPSec.

42. Um especialista em segurança de redes desconfia que uma aplicação está sendo muito utilizada e está diminuindo a capacidade dos recursos de rede. Para comprovar suas suspeitas resolveu utilizar um *sniffer* de rede muito popular que pode ser utilizado em redes Unix e Windows para analisar os pacotes recebidos e transmitidos por qualquer interface de rede, sendo possível aplicar vários tipos filtros.
- Este *sniffer* é conhecido como
- (A) Asterisk.
 - (B) Vyatta.
 - (C) Everest.
 - (D) Wireshark.
 - (E) NDISwrapper.
-
43. Para prover segurança à rede sem fio da empresa, um especialista em segurança de redes adotou o padrão WPA2, que possui um método de criptografia mais forte e algoritmos mais rápidos que padrões anteriores. O WPA2 adota a criptografia
- (A) RC4 que permite chaves de 256 ou 512 *bits*.
 - (B) RC4 que permite chaves de 256 *bits*.
 - (C) AES que permite chaves de 256 *bits*.
 - (D) 3DES que permite chaves de 168 *bits*.
 - (E) AES que permite chaves de 512 *bits*.
-
44. Um Centro de Processamento de Dados (CPD) está instalado em um edifício que já foi cenário de nove princípios de incêndio nos últimos três meses, em razão do prédio possuir um depósito de tintas próximo a algumas máquinas geradoras de calor e eletricidade, no andar térreo. Dentro desse CPD estão todos os equipamentos servidores e equipes de TI que atendem os sistemas de uma empresa. Considerando as regras para determinação do grau de severidade do risco de acidente por incêndio, este é classificado como
- (A) irrelevante.
 - (B) baixo.
 - (C) médio.
 - (D) indeterminado.
 - (E) alto.
-
45. Um Analista de Segurança de Informações do Tribunal de Justiça está redigindo um documento que estabelece ações de monitoração de riscos e prevenção de problemas, de forma a evitar interrupções em operações do negócio. Esse documento será parte integrante
- (A) do Plano de Recuperação de Desastres.
 - (B) do Plano de Continuidade dos Negócios.
 - (C) do Plano de Segurança da Informação.
 - (D) da Estratégia de Serviços de TI.
 - (E) do Portfólio de Projetos de Soluções de TI.
-
46. Suponha que área de TI do Tribunal de Justiça do Amapá tenha identificado uma série de ocorrências indesejadas de redução de desempenho da rede de computadores e servidores de dados e aplicação, em razão de ações maliciosas de *software* ou de pessoas. Essas aparentes ações maliciosas não são destinadas a nenhum servidor ou sistema de *software* específico. A equipe de TI quer capturar os infratores durante a ação, antes de realmente danificarem seus recursos. Para isso precisa implantar um
- (A) *Proxy*.
 - (B) Antivírus.
 - (C) *Firewall*.
 - (D) IDS – Intrusion Detection System.
 - (E) *Honeypot*.
-
47. Em uma rede de computadores a navegação *web* foi configurada de forma a funcionar em uma modalidade em que o computador do usuário solicita acesso às páginas *web* e um servidor *proxy* da rede do usuário carrega e processa o pedido. O *proxy* não armazena páginas *web* acessadas e não é configurado na estação usuária. Esse *proxy* é do tipo
- (A) transparente.
 - (B) *web cache*.
 - (C) reverso.
 - (D) bloqueado.
 - (E) amplo.



48. Vários computadores de uma rede estão gerando *spam*, disseminando vírus, atacando computadores e servidores de forma não prevista pelos administradores. Foi identificado um *malware* que é capaz de se propagar automaticamente, explorando vulnerabilidades existentes em programas instalados nos computadores infectados, tornando-os zumbis. Tal comportamento é tipicamente ocasionado por uma ação de
- (A) *adware*.
 - (B) *botnet*.
 - (C) *keylogger*.
 - (D) *spyware*.
 - (E) *phishing*.
-
49. Segundo Norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011, convém que a organização defina sua própria escala de níveis de aceitação de risco e que critérios para a aceitação do risco
- (A) possam ser expressos como a razão entre o lucro estimado (ou outro benefício ao negócio) e o risco estimado.
 - (B) possam incluir apenas um limite, representando um nível desejável de risco.
 - (C) dependam das políticas, metas e objetivos da organização e nunca dos interesses das partes interessadas.
 - (D) não sejam diferenciados de acordo com o tempo de existência previsto do risco.
 - (E) não incluam requisitos para um tratamento adicional futuro do risco.
-
50. Segundo Norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:2011, o processo de avaliação de riscos de segurança da informação consiste nas atividades de identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos. Segundo a Norma, a entrada da atividade de avaliação de riscos é uma lista de riscos
- (A) priorizada de acordo com os objetivos do negócio e com os cenários de incidentes.
 - (B) associada a cada ativo, processo de negócio ou processo de TI.
 - (C) categorizada e priorizada a partir da análise crítica dos incidentes ocorridos.
 - (D) com níveis de valores designados e critérios para a avaliação de riscos.
 - (E) e cenários de incidentes com suas consequências associadas aos ativos e processos de negócio.
-
51. O objetivo de controle que define o que deve ser alcançado na seção que trata da classificação da informação da Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 é "assegurar que a informação receba um nível adequado de proteção". Um dos controles que podem ser aplicados para se alcançar este objetivo diz que convém que a informação seja classificada em termos do seu valor, e
- I. dos requisitos legais.
 - II. da sensibilidade.
 - III. da criticidade para a organização.
 - IV. do seu tamanho.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) II e IV.
-
52. Segundo a Norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2006, para prevenir o acesso físico não autorizado, danos e interferências com as instalações e informações da organização, podem ser aplicados diversos controles. O controle que NÃO está de acordo com o que descreve a Norma é:
- (A) As áreas seguras devem ser protegidas por controles apropriados de entrada para assegurar que somente pessoas autorizadas tenham acesso.
 - (B) Devem ser utilizados perímetros de segurança para proteger as áreas que contenham informações e recursos de processamento da informação.
 - (C) Pontos de acesso em que pessoas não autorizadas possam entrar nas instalações devem sempre ser isolados dos recursos de processamento da informação.
 - (D) Deve ser projetada e aplicada proteção física contra incêndios, enchentes, terremotos, explosões, perturbações da ordem pública e outras formas de desastres naturais ou causados pelo homem.
 - (E) Deve ser projetada e aplicada proteção física, bem como diretrizes para o trabalho em áreas seguras.
-
53. Com a finalidade de melhorar continuamente seus produtos, uma equipe de TI está buscando avaliar oscilações na qualidade do *software* desenvolvido em sua fábrica, seguindo um método padronizado de investigação e análise. Considerando que o processo de produção de *software* é controlado estatisticamente e que a equipe segue as práticas do CMMI 1.3, a avaliação dos motivos das oscilações na qualidade corresponde a uma prática associada à área de processo de
- (A) Medição e Análise, estabelecida no nível 2 de maturidade.
 - (B) Análise e Tomada de Decisão, estabelecida no nível 3 de maturidade.
 - (C) Garantia da Qualidade de Processo e Produto, estabelecida no nível 2 de maturidade.
 - (D) Foco nos Processos da Organização, estabelecida no nível 3 de maturidade.
 - (E) Análise e Resolução de Causas, estabelecida no nível 5 de maturidade.



54. Um responsável pelo processo de negócio de compras de materiais está avaliando o desempenho dos serviços de TI que o atendem, observando os custos desses serviços frente ao resultado que trazem para o desempenho das atividades de negócio. Ele observa os relatórios de desempenho apresentados pela equipe de TI, confronta-os com a sua realidade operacional, debate seus achados com os responsáveis por desenvolvimento e operações de soluções de TI e procura identificar possíveis remediações necessárias. Essas atividades estão contempladas no domínio do COBIT 4.1, denominado
- (A) Planejar e Organizar.
 - (B) Adquirir e Implementar.
 - (C) Entregar e Suportar.
 - (D) Monitorar e Avaliar.
 - (E) Corrigir e Melhorar.
-
55. Uma equipe está trabalhando em atividades de homologação de mudanças nas soluções de TI. Segundo o COBIT 4.1, essas atividades contempladas no processo de Instalar e Homologar Soluções e Mudanças atendem aos seguintes objetivos da governança de TI: responder os requerimentos de negócios de maneira alinhada com a estratégia de negócios e
- (A) adquirir e manter uma infraestrutura de TI integrada e padronizada.
 - (B) otimizar o uso da informação.
 - (C) assegurar a integração dos aplicativos com os processos de negócios.
 - (D) entregar projetos no tempo certo dentro do orçamento e com os padrões de qualidade esperados.
 - (E) assegurar que TI oferece serviços de qualidade com custo eficiente, contínuo aprimoramento e preparação para mudanças futuras.
-
56. Uma equipe está reunida para avaliar melhorias nos serviços de TI, cumprindo com práticas recomendadas para o estágio de Melhoria Contínua de Serviço da ITIL V3. É produto desse trabalho, o
- (A) Funil de Serviços (*Service Pipeline* – SPL).
 - (B) Pacote de Desenho dos Serviços (*Service Design Package* – SDP).
 - (C) Objetivo do Serviço de Manutenção (*Service Maintenance Objective* – SMO).
 - (D) Pacote de Serviços (*Service Package*).
 - (E) Plano de Melhoria de Serviços (*Service Improvement Plan* – SIP).
-
57. Um operador de um Centro de Processamento de Dados executou um programa de computador antes do momento previsto, criando defeitos nos relatórios impressos gerados por tal programa de aplicação. Segundo os princípios da ITIL V.3, o operador cometeu ou criou
- (A) um erro.
 - (B) um incidente.
 - (C) um problema.
 - (D) uma configuração.
 - (E) uma mudança.
-
58. Segundo a ITIL V3, a comunicação de usuários, clientes e fornecedores com o provedor de serviços de TI é mais intensa e a percepção da efetiva qualidade do serviço prestado é maior no estágio de
- (A) Estratégia de Serviço.
 - (B) Desenho de Serviço.
 - (C) Transição de Serviço.
 - (D) Operação de Serviço.
 - (E) Melhoria Contínua de Serviço.
-
59. Uma entidade do Governo que está seguindo as práticas estabelecidas no COBIT 4.1 reconheceu que existem questões que precisam ser trabalhadas para melhoria da governança. Apesar desse reconhecimento, a realidade da entidade demonstra que não existe um processo padronizado, pelo contrário, existem práticas de trabalho que tendem a ser aplicadas caso a caso, com gerenciamento desorganizado. Essa entidade se encontra no nível de maturidade
- (A) 3 – Processo Definido.
 - (B) 5 – Otimizado.
 - (C) 1 – Inicial / *Ad hoc*.
 - (D) 4 – Gerenciado e Mensurável.
 - (E) 2 – Repetível.
-
60. Uma equipe de Segurança da Informação está realizando o processo avaliar e gerenciar os riscos, definido pelo COBIT 4.1, observando aquilo que pode comprometer a proteção dos ativos de TI. Esse processo está relacionado com o domínio da governança:
- (A) adquirir e implementar.
 - (B) monitorar e avaliar.
 - (C) entregar e suportar.
 - (D) planejar e organizar.
 - (E) alinhar e comprometer.